

Reunião da Câmara Temática de Táxi

Data: **18 de dezembro de 2020** (sexta-feira)

Horário: **10h às 12h** (online)

Participantes | Poder Público:

1. Alessandra - DTP
2. Dalva Vieira - CET
3. Eduardo Macabelli - CET
4. Evely Trevisan Lacerda – CET
5. José Eduardo Canhadas - CET
6. Juliana Cruz – SPTrans
7. Mariana S. Pereira dos Santos - DTP
8. Michele Perea – SMT
9. Nancy Schneider - CET
10. Paulo Leite Júnior - SMT
11. Rosa Oliveira – CET
12. Rubens Alves - CET

Participantes | Operadores do Serviço de Transporte e Integrantes da CTT

1. Antônio Raimundo Matias (Ceará) – SIMTETAXIS
2. Daniel – ADETAXI
3. Fábio Boni – SINETAXI
4. Thiago Perez – SINETAXI
5. Wagner Caetano – Taxi LUXO

Mariana – cumprimentou todos e enunciou a pauta: **1)** Parecer da Reavaliação da Portaria SMT/DTP nº 27, de 17 de Fevereiro de 2020, relativo a inclusão de veículos híbridos na categoria Táxi Luxo; **2)** Análise Técnica - DTP: modificação da portaria para inclusão de veículos com carroceria SUVs com entre eixos abaixo de 2,800cm, considerando que há uma demanda no segmento luxo por este tipo de veículo; **3)** Possibilitar o setor de Pessoas Jurídicas (Taxis de Empresas) a colocarem a tabela de preços no vidro lateral traseiro, com o lado voltado para o interior ao veículo contendo informações pertinentes do serviço de Taxis aos passageiros e, do lado externo, podermos vincular frases propagandeando o setor de Taxis. A produção e custo será de responsabilidade do Sinetaxi-SP e **4)** Readequação de membros da Câmara Temática. Informou que seguiria a ordem de pautas propostas. A primeira pauta do Taxi Luxo refere-se a Portaria 27 da SMT/DTP, que trata de homologação de veículos de diferentes categorias e o principal pleito é a inclusão de veículos híbridos na categoria Luxo. Há alguém do Táxi Luxo que está participando?

Wagner – olá, estou por aqui e acompanhando.

Mariana – sobre a reavaliação, sabemos que existem critérios técnicos que foram aprovados e publicados em portaria e me parece que vocês querem discutir aqui na Câmara a questão

de veículos híbridos na categoria Luxo para que saiam como exceção à regra disposta. O que você sugere para nós?

Wagner – exatamente. O que acontece é que esta **Portaria sofreu uma alteração e não teve caráter consultivo. Foi uma determinação do Diretor do DTP em alterar as medidas de homologação dos Táxis Luxo. A medida era 2,700 cm de entre eixos e sofreu uma modificação para 10 cm a mais (foi para 2,800)**. Inclusive conversei com a Michele na reunião anterior explicando que praticamente não há mais veículos para entrar nessa categoria e há uma demanda grande tanto de taxistas quanto de passageiros para inclusão de veículos da categoria híbrido. Nesse sentido percebemos que o Corola híbrido – único veículo que temos acessível – não entra na categoria pois tem a medida de 2,700 de entre eixos. O que estamos solicitando é uma reavaliação da Portaria; já tivemos reunião com o Diretor do DTP, Roberto Cimatti, o assunto já passou por duas conversas aqui nesta Câmara Temática e não entendo porque isto ainda não aconteceu. É um pedido que envolve a questão da sustentabilidade, entre outros. Até pedi para todos procurarem veículos de 2,800 cm de entre eixos para sabermos quais seriam os veículos que entram, mas não há condição. Depois dessa mudança não houve homologação de mais nenhum veículo para a categoria Taxi Luxo. Veículos nacionais não temos nenhum, não entra nenhuma SUV, SW e veículos de grande porte. Não sei onde queriam chegar com esta Portaria. Ela é totalmente inviável e a análise técnica precisa ser revista. Me parece que lá no início, a ideia dessa Portaria era tirar o Corola; porém, para tirar o Corola, não é necessário aumentar 10 cm; poderia aumentar 0,5 cm. Além disso, desconsiderar um veículo híbrido quando o mundo está caminhando para a sustentabilidade é estar na contramão da tendência mundial, não estar ao par do que está acontecendo no mundo. Não sei porque este pedido ainda não foi aprovado, se a questão envolvida é técnica ou política; isto não ficou claro para mim, mas ela precisa ser analisada o mais urgente possível.

Mariana – esta Portaria não foi baseada em critérios políticos, foram estudados critérios técnicos e chegou-se a este número de 2,800 cm de entre eixos. De qualquer maneira, você mencionou que existem estudos e que a categoria quase não tem carros que se encaixam nessas medidas. Você teria esse levantamento dos carros pesquisados por vocês? Poderiam passar para o DTP para que possamos conversar e verificar com o Diretor como podemos estudar essa questão?

Wagner – tenho sim, mas vale ressaltar que já tive essa conversa com o Diretor, a princípio ele entendeu nosso pedido pois vai ao encontro do que está acontecendo na PMSF em relação aos coletivos (combustível limpo); é um outro olhar. Tudo bem, se a decisão foi técnica, quais são os veículos viáveis acima de 2,800 cm? Quais são os veículos que conseguimos homologar para a categoria Taxi Luxo? Depois dessa Portaria, praticamente não houve homologação. Portanto, é uma questão de bom senso e ela precisa ser reavaliada. O Luxo será prejudicado.

Mariana – entendo seus argumentos, mas é importante que você nos passe a relação desses veículos. É um subsídio a mais para modificação da Portaria.

Wagner – ok, mas insisto, a Portaria precisa de uma reavaliação técnica e quem faz isto é o DTP. Portanto o DTP deve se pronunciar e dizer que a Portaria foi feita, mas não houve consulta, não passou pela Câmara Temática. Deveria ter passado, pois a Câmara Temática foi feita para isto. Então pergunta-se: quais são os veículos que entram na categoria de 2,800

cm? Resposta: a entra BMW. Taxistas tem condições de adquirir esse veículo? É viável um veículo de 300, 400 mil reais? Não é, está fora da realidade. Mais do que eu colocar provas para validar isso, seria de bom senso vocês reavaliarem essa Portaria.

Mariana – vamos combinar assim, vou solicitar a reavaliação que é de competência da nossa Divisão de Especiais de Fiscalização. A Portaria será reavaliada tecnicamente e, se for o caso, disponibilizaremos para vocês o estudo que foi feito para chegarmos nesses números. Isto envolve também uma questão de estudo tarifário pois os carros que foram homologados deverão estar de acordo com as planilhas das tarifas do taxi.

Wagner – mas não há carros. A medida subiu demais e é até redundante darmos continuidade nessa conversa pois isto já foi discutido aqui, já foi prometido que a Portaria seria reavaliada, a Michele deu andamento internamente, o Diretor está sabendo e só falta falar agora com o Prefeito. Está todo mundo sabendo. Acredito que a Secretária também já está sabendo e já solicitei uma reunião com ela para tratarmos disso. Estamos tendo uma demanda no Luxo por carros da categoria SUV. Procure aí quais os veículos SUV, com valor entre 150-200 mil, que entram na categoria Taxi Luxo? O que também não está sendo considerado é que na área de táxis o mundo todo está mudando seus conceitos em relação a pandemia e São Paulo é única cidade que está insistindo em não flexibilizar Leis e Portarias. Desconsidera que a pandemia causou quedas significativas. Estão todos revendo isso, taxistas de outros países estão ganhando subsídios para trocar carros, sobretudo para carros híbridos e elétricos. Talvez aqui ainda estejamos distantes disso, mas pelo menos no que tange a flexibilização de portarias e leis para trocas de veículos, deveria existir empenho da parte de vocês, do executivo e DTP.

Mariana - como compromisso do DTP vou solicitar a reavaliação antes da próxima Câmara Temática.

Wagner – obrigado.

Mariana – podemos passar para a próxima pauta? Alguém tem alguma consideração em relação à Portaria 27?

Fábio – falando pelo SINETAXI, nada a opor pois estamos focados na categoria comum.

Thiago – desculpe, minha mão estava levantada. Eu tinha sugerido na reunião anterior que fosse lida a Ata e as soluções para questões da última reunião antes de iniciarmos a de hoje.

Mariana – ok. Podemos passar para a próxima pauta? A segunda pauta acredito ser a mesma da primeira que é a análise técnica do DTP referente à modificação da portaria para inclusão de veículos com carroceria SUVs com entre eixos abaixo de 2,800cm, considerando que há uma demanda no segmento luxo por este tipo de veículo.

Wagner – exatamente isto; **está havendo uma procura por este tipo de veículo e não estamos conseguindo veículos para homologar dentro do que a portaria propõe, com 2,800 cm.** Tendo em vista esta nova demanda é um fator a mais para que seja reavaliada a portaria. Há veículos que precisam ser homologados para a categoria Taxi Luxo, que acaba não sendo contemplada.

Mariana – ok, também nos comprometemos a avaliar a entrada de veículos SUV na categoria Luxo, que faz parte da primeira pauta que é a alteração da Portaria número 27. A terceira

pauta foi sugerida pelo SINETAXI: *possibilitar o setor de Pessoas Jurídicas (Taxis de Empresas) a colocarem a tabela de preços no vidro lateral traseiro, com o lado voltado para o interior ao veículo contendo informações pertinentes do serviço de Taxis aos passageiros e, do lado externo, podermos vincular frases propagandeando o setor de Taxis. A produção e custo será de responsabilidade do SINETAXI-SP.* Esta pauta é importante pois isto foi uma revogação que aconteceu recentemente e sempre foi obrigatória esta questão de informações aos passageiros relativas aos serviços. Valor da bandeirada, valor da tarifa quilométrica, horária, além de outras taxas ou custos adicionais e telefones de reclamações e demais informações úteis para o passageiro.

Fábio - bom dia a todos. Antes de entrarmos na pauta gostaria de apresentar alguns números do setor de taxis, especificamente de pessoas jurídicas. Temos um total de cerca de 38 mil taxis na cidade de São Paulo, sendo que da categoria comum, são cerca de 34 mil. Ainda temos as categorias especial, luxo, acessível e preto por ordem de data de criação. Dentro do comum, os taxis de empresa são divididos em 57 empresas, com um total cerca de 3.500 táxis e temos um diferencial negativo com relação ao restante da categoria. Nós não temos as mesmas isenções, embora façamos parte do mesmo modal. Pegando números de 2017, com cerca de 700 desse total de 3.500, pagamos cerca de 9 milhões e 30 mil reais de ICMF e IPI, 3 milhões e 500 mil de IPVA e cerca de 10 milhões de impostos. Queria agradecer a oportunidade de estarmos realizando esta reunião da CTT, estamos sempre acompanhando desde sua criação em 2016, do ano passado para cá foram 5 ou 6 reuniões seguidas onde eu coloquei a pauta justamente para termos algo a discutir neste espaço que, segundo o regimento interno, trata-se de discussão e não só de proposição. Aqui podemos discutir relevantes assuntos entre os representantes das categorias (comum, entre empresas, comum rádio, especial, luxo, acessível e preto) e temos também a presença do Ceará representando o SIMTETAXIS. Há dois aspectos muito importantes para o nosso setor antes de eu entrar nesta questão do item 3 da pauta. Uma observação, eu passei outros dois assuntos ainda em tempo, dia 11.12 e são esses dois assuntos que rapidamente vou falar pois são muitos importantes para o setor de pessoas jurídicas. Primeiro é em relação a caducidade das licenças. Além da pandemia, já estávamos numa crise nos últimos 4 anos decorrente dessa abertura do modal de transporte individual de passageiros e não conseguimos nos preparar; pegou todos de surpresa e não conseguimos fazer uma reserva prevendo o que aconteceria nos últimos 3 anos. Muitas empresas foram obrigadas a fazer depósitos de licenças, depósito do alvará, para criarem fôlego para se reestruturarem e retornarem ao mercado. Quando estávamos melhorando e pensamos que 2020 seria um ano bom, veio a pandemia e muitas dessas empresas que estão com as licenças, os alvarás depositados, precisam de um prazo maior para não caducarem. Gostaria de pedir à SMT/DTP para darem uma atenção especial a este assunto da caducidade dos alvarás, pois podemos perder licenças e deixar de circular. Em julho deste ano o governo emitiu uma importante medida - provavelmente a pedido de vocês -, que foi o Decreto 59.584 de 7.07.2020 (leu o Decreto). Vencerá agora em dezembro de 2020 e chamo a atenção pois a pandemia ainda continua. Então é renovação de alvará e do condutaxi. Gostaria que fosse incluído juridicamente, pois vocês entendem melhor do que ninguém, a **prorrogação por mais 1 ano, preferencialmente 2, dessas licenças de alvarás que estão vencendo neste ano e agora no ano que vem.** Isto auxiliará muitos empresários, muitos táxis de pessoas jurídicas, mas tenho certeza que também é importante para o setor de pessoas físicas (30 mil táxis da cidade de São Paulo). Muita gente está com a licença depositada e necessita a prorrogação desse prazo. Vou contar um caso rapidamente. Hoje, quando fazemos nossas publicações em páginas das empresas muitos motoristas que já passaram pelo setor de empresas criticam dizendo que hoje estamos anunciando as

empresas e há alguns anos atrás ninguém arrumava um taxi para trabalhar. A resposta é simples: há 4 anos atrás a ocupação das nossas frotas era quase em torno de 100%; só não rodávamos com 100% porque alguns carros batem, outros quebram e então é impossível ter o 100%. Mas é claro que sempre estivemos de portas abertas para toda a categoria. Antes fazíamos propaganda em jornais e hoje fazemos nas redes sociais. Hoje a situação está invertida; primeiro em função de que há um outro modal estabelecido, que são os carros particulares que também fazem o transporte remunerado de passageiros. Este modal é ilimitado e propiciou milhares de carros fazendo o mesmo que fazemos e por isso não temos tanta procura como tínhamos anteriormente. Detalhe, sempre fomos limitados, não podíamos crescer, sempre tendo motoristas a nos procurar e esse setor é ilimitado, pode ter 100 ou 200 mil. Temos as grandes locadoras que compram carros em outros estados com isenção total de impostos e colocam para transitar aqui utilizando nosso asfalto, mas a discussão não é esta. Entrando no tema, muitos taxistas que hoje estão no setor de pessoas físicas, como segundo motorista, como proprietário, alugam alvará; a questão do taxi preto, por uma eventualidade eles podem não dispor do seu carro pelo fato de estar quebrado, batido, ou estarem trocando de carro e, enquanto isso, eles ficam sem trabalhar e nos procuram para pegar um carro. Eles podem pegar, mas o problema é que existe um tempo excessivo para eles darem a baixa na documentação; então, o que gostaríamos é que dessem também uma atenção a isso e **de alguma maneira agilizarem essa baixa, essa desvinculação, para que eles possam trabalhar com nossos veículos.** Uma sugestão é que nós mesmos pudéssemos fazer isso. Não sei se a legislação permite, mas seria uma forma muito rápida de resolvermos esse problema. Isso nos beneficiaria - pois teríamos mais carros nas ruas -, beneficiaria os motoristas que continuam trabalhando e a população.

Mariana – em relação a primeira solicitação, prorrogação do prazo por mais 2 anos nas datas de vencimento das licenças que estão depositadas, ou seja, estamos tratando de um assunto que se chama caducidade de alvarás. Nós não aprovamos esta pauta pelo seguinte motivo: isto não é ponto de discussão na CTT por se tratar de Lei. A Lei do Taxi determina que sejam de 3 anos a caducidade. Para modificarmos esta regra não seria possível discutir na CTT, pois aqui seria mais em relação a questão de procedimentos, questões que o DTP pode dar uma celeridade maior ou algo desse tipo. Segundo a Lei, teríamos que fazer uma proposição de projeto de Lei do Executivo, encaminhar para a Câmara de São Paulo e isto requer uma tramitação que não cabe a discussão aqui. Seria interessante você permanecer com o pleito, mas o canal da CTT não seria o adequado para isso.

Fábio – claro, entendi perfeitamente sua colocação, mas o que acontece é que o meu contato é com vocês. Estou ciente que é matéria de Lei, mas entendo que através de vocês, do governo – SMT/DTP -, nós todos, temos mais condições de chegar até ao Executivo. A Secretária Elisabete França, o Prefeito, não tenho condições de conhece-lo e de alguma maneira precisamos de ajuda pois as empresas poderão perder suas licenças nesta fase tão ruim que o país atravessa. E, como foi falado, alguns setores da economia estão com mais dificuldades do que outros e o taxi sem dúvida se enquadra neste último. Vamos oficializar e tentar conversar com a SMT para que esta solução possa de alguma maneira ser apresentada. Não conheço tanto a parte técnica, mas quem sabe um Decreto como foi o 59.584, possa determinar uma nova fase de prorrogação.

Mariana – desculpe interromper. É que são dois temas diferentes. O que estamos tratando aqui, no seu caso, o que foi pedido, foi a caducidade e no caso do Decreto 59.584, foi a renovação automática da licença em virtude da pandemia; pode ser que seja o mesmo

argumento, pois sabemos da crise que o setor de taxi está enfrentando, mas são de naturezas jurídicas diferentes.

Fábio – eu acredito que esse Decreto será prorrogado; portanto, é uma sugestão justamente porque o motivo é o mesmo, acrescentar o inciso terceiro, tratando de postergar o prazo da caducidade das licenças que venceram de 14.03.2020 até 31.12.2021, por mais 1 ou 2 anos. Fica o apelo para que em um **próximo decreto seja incluso, além da renovação do alvará de estacionamento e do condutaxi, também a postergação da caducidade das licenças.**

Mariana – ok, apenas reforçando novamente que a questão do Decreto 59.584 é prerrogativa do Executivo e da caducidade do Legislativo. Ou seja, teria que entrar em discussão tanto o Executivo como o Legislativo; a Câmara Municipal deve ratificar essa mudança de Lei. Isto está na Lei 7.329. Wagner, você quer falar?

Wagner – estou percebendo aqui que teremos que fazer algumas coisas para que nossas pautas ganhem celeridade. Acho que esta pauta que você colocou Fábio, infelizmente não dá mais para fazer, mas devemos protocolar algumas pautas na Comissão de Trânsito e Transporte da Câmara. Teremos que começar a utilizar este outro caminho. Os ofícios são protocolados na Comissão de Trânsito e Transportes, publicados no Diário Oficial, discutidos em plenário pelos vereadores que fazem parte da Comissão e as reuniões são monitoradas pelo Executivo. Pela SMT e PMSP. Pela morosidade das discussões, acho que teremos que começar a protocolar, principalmente pautas como a que você colocou, na Comissão de Trânsito e Transportes. O Legislativo iniciaria no plenário para termos um andamento paralelo na CTT. Infelizmente parece que a última reunião foi essa semana que passou, mas por estratégia, devemos utilizar os vereadores da comissão para nos ajudar em pautas pertinentes ao desejo de todos que nos procuram. As pautas não são individuais, mas refletem o desejo de pessoas as quais representamos aqui.

Fábio – com certeza isto é importante pois esta crise deve permanecer. Vamos entrar em contato com nosso jurídico e fazer essa sugestão de inclusão de um inciso terceiro.

Wagner – salvo engano, uma pauta muito parecida como essa que você colocou, acho que foi aprovada entre março e abril no Rio de Janeiro. O que percebo é que mesmo com a pandemia, o setor técnico tem resistência em flexibilizar as questões que envolvem o setor. Acredito que as outras câmaras temáticas também estão cobrando isso. Até mesmo quando eu peço para rebaixamento de carro a Mari disse: “*ah, fazemos a portaria de acordo com a tarifa*”, mas a tarifa do taxi não aumenta faz quantos anos? A última acho que foi há 6 anos atrás. Então, não está ocorrendo nenhum acompanhamento de tarifa e tudo aumentou. Deve haver um olhar sistêmico sobre tudo o que está acontecendo para criar as decisões, pois o mais importante de uma decisão é ver se ela repercute bem, se é positiva. Quando ela não é positiva o bom senso deve prevalecer fazendo com que a gente reveja o que pode sofrer ajustes.

Mariana – desculpe Fábio, antes de você passar para a segunda pauta e antes de eu comentar, o Ceará gostaria de falar.

Fábio – apenas complementando, o item 1 é sobre a caducidade das licenças e o outro sobre a questão de motoristas que estão vinculados a alvarás como segundo motorista, como prepostos, co-proprietários, ou mesmo taxi preto no sentido de permitir que possam trabalhar com nossos carros enquanto os deles não estiverem disponíveis por algum motivo. Isto irá

beneficia-los pois continuarão trabalhando e também nós. Sei que vocês estão fazendo o máximo possível, o DTP tem melhorado em relação a informatização, entre outros. Portanto, pedimos uma atenção especial a isto pois é muito importante para muitas pessoas e para as empresas também.

Mariana – olá Ceará, você levantou a mão; gostaria de falar antes de passarmos para o próximo item da pauta?

Fábio – concluindo um pedido, nas 2 reuniões anteriores, solicitei a criação de um grupo de trabalho entre representantes de empresas do Sindicato e do DTP para que este grupo dê andamento na criação de pontos de táxis livres ou pontos de apoio para o segmento do setor jurídicas. Isto é muito importante para que os taxistas que optarem em trabalhar com os taxis das empresas possam ter alguns locais de parada livre. Eles com certeza vão se organizar muito bem. Não estou pedindo a decisão final, mas a **criação de um grupo de trabalho**.

Mariana – farei apenas um comentário em relação a segunda pauta - não aprovada -, pelo mesmo argumento da anterior. Ela é objeto de Lei. A Lei 7.329, alterada em 2001, salvo engano, determina que todo motorista poderá ter vínculo a um único Alvará, ou seja, o taxista que é o titular ou está vinculado como segundo motorista ou preposto deverá estar vinculado a um único Alvará. O próprio sistema foi construído de forma que se colocarmos o número do condutaxi dele, o sistema não vai aceitar se já houver um outro número de alvará vinculado. Esta questão também é objeto de Lei. Entendo perfeitamente que um titular de alvará poderá ter uma perda total no carro, o seguro demora ou ele precisa comprar um veículo, enfim, há uma série de motivos que são casos excepcionais que a Lei não contemplou. Entendo que seja uma falta e como o Wagner sugeriu, talvez vocês possam fazer algo coletivamente, ou colocar em plenário na Câmara Municipal ou entregar para nós para um Projeto de Lei do Executivo. A forma como fizemos para auxiliá-los é porque entendemos a questão da pandemia e a inserção de outros modais de transporte (aplicativo); de fato o setor ficou prejudicado principalmente em relação a vocês (frota), pois não há isenções de IPI e ICMS que os autônomos tem. Entendemos esta situação e por isto contemplamos uma solicitação que foi a do taxi provisório. Publicamos a Portaria do curso a distância e estamos nos esforçando para atender bem o taxista por menos recursos que tenhamos. Estamos trabalhando de maneira remota com a maior parte dos funcionários, mas dando andamento a todos os pedidos sem exceção. Pode ser que demore um pouco mais, pois temos pessoas afastadas por serem do grupo de risco, mas estamos sim dando andamento e funcionando 100% com exceção dos empregados que estão trabalhando em casa e os do grupo de risco. Então houve essa flexibilização e esse apoio que o DTP pode dar através da publicação de portarias. Agora, a inserção de uma nova licença, de um condutaxi onde já existe uma licença vinculada a ele, a gente não consegue. Não conseguimos em virtude de ser uma obrigação de Lei que é muito clara neste sentido.

Fábio – na década de 90, até o sistema do DTP se informatizar, era perfeitamente possível. A Lei é a mesma e era possível que um taxista que tivesse taxi próprio, eventualmente, num caso de colisão ou troca de veículo, viesse a trabalhar com taxi de empresa. Inclusive fazíamos anúncios no jornal “O Taxista”. Isto eu ouvi no departamento técnico do DTP, o João Massayuki comentou. Ele disse: *“Fábio, o sistema da PRODAM não foi criado para as empresas; acabou não prevendo que as empresas necessitavam de alguns campos específicos no sistema para realizarem alguns cadastros*. Então o sistema, muito provavelmente, não encontra campo para inserir que o taxista é benfeitor de um alvará, é

vinculado a uma licença, mas está provisoriamente trabalhando com a empresa “x”. Entendemos a questão legal, mas podemos interpretar da seguinte maneira: o ganha pão do taxista é diário transportando seus passageiros, mas se ele não pode utilizar o carro dele porque está quebrado, batido ou sendo trocado, nós (empresas), estamos aqui para recebê-los.

Mariana – é inclusive função do poder público fazer com que esses motoristas continuem trabalhando. Seu pleito é legítimo. Esta questão da década de 90 - quando não era informatizado e podia -, eu realmente desconheço. O que eu posso dizer é que eu sei que hoje a Lei 7.329 teve alteração, se não me engano em 2001 ou 2003 em relação a isto. Ali diz que o motorista poderá estar vinculado somente a uma única licença. Acredito que esta Lei da década de 90 refira-se ao poder discricionário do Diretor onde ele verificava, mediante a comprovação, esta questão do motorista vir a trabalhar com taxi de empresa até que resolvesse a questão do veículo dele.

Ceará – gostaria de fazer uma observação em relação ao parecer jurídico que você comentou, sobre a caducidade dos alvarás. Sobre a Lei, não discordo de maneira alguma, mas agora estamos num país de guerra. Temos a Lei Federal que é a guerra contra o Covid-19 colocada pelo Presidente da República, temos um Decreto Estadual da pandemia colocado pelo João Dória e temos os Decreto Municipal colocado pelo Prefeito Bruno Covas. Pegando tudo isso, as empresas não tem condições de trocar os veículos e os autônomos não tem condições de trocar os veículos o ano que vem. Em primeiro lugar nós não temos dinheiro por causa da crise, a indústria não tem minérios para fazer os metais e por isso a indagação do nosso Presidente, Fábio Boni, de pedir uma prorrogação da licença que é o alvará porque acompanha o veículo. Nós não vamos ter como colocar esses carros a partir do ano que vem e nem daqui há dois anos. Teremos muitos problemas para administrar juntos, queremos participar diretamente, só que esta crise pegou todo mundo de surpresa. Pegou o mundo e para isso precisamos agora se ajustar. Há coisas que estão dentro da Lei outras fora mas a Lei maior que hoje está predominando é a Lei que o Presidente da República soltou em janeiro do ano passado e que não tem data para finalizar. Ela não foi revogada, ela está ativa. Até que vacine todo mundo, isto vai mais dois ou três anos. É o tempo que o setor de transporte, o setor da indústria, o setor do comércio, o de varejo, podem começar a melhorar. O agro não, o agro está bem graças a Deus, mas esses outros estão muito prejudicados. Nós estamos garantidos na Lei do Jair Messias Bolsonaro. É isto que ele está pedindo; que vocês revejam se puderem, claro, dentro da Lei, dos Decretos, das Resoluções que podem ser feitas para que a gente possa ter essa autorização. Porque senão depois, quando o mercado voltar, ninguém terá condições de colocar seu carro, porque já perdeu sua licença. Vocês poderiam até conversar com o Secretário da Justiça da Prefeitura para ver o que ele acha. É importante discutirmos isso.

Mariana – sua explanação foi muito importante para o pleito da caducidade pois tudo que disse são argumentos muito fortes para que vocês possam modificar a Lei. Acho que você deve escrever e colocar isso para o plenário conforme o Wagner mencionou ou até mesmo para que nós possamos fazer um Projeto de Lei do Executivo se for o caso.

Ceará – tem que ser do Executivo, pois se for do Legislativo acaba com nosso segmento. Não temos nenhum vereador; apenas o Milton Leite é ligado ao transporte. Infelizmente tem que ser do Executivo para o Legislativo.

Fábio – eu entendo que a Portaria de 07.07.2020 prevê que a renovação de alvará de condutaxi entre 14.03 e 31.12.2020 seja postergada por um ano. Quem sabe há uma nova extensão desse Decreto e vocês, representantes do poder público, possam nos ajudar a incluir esse item da caducidade das licenças dos alvarás. Mas enfim, se não for esse o caminho, com certeza vamos tentar outros.

Mariana – conforme mencionei, é importante que eu diga novamente para não confundirmos e nosso pleito não ser atingido. Caducidade é uma coisa e o que foi publicado (Decreto 59.584), trata da renovação de alvará que já estava renovado. A questão da renovação em virtude da pandemia foi um Decreto do Prefeito, é uma renovação de documento que é emitido pelo poder público municipal, a questão da caducidade é Lei. Realmente tem que ser Projeto de Lei. Não é um pleito que o Executivo pode atender.

Fábio – e quanto a **criação do grupo de trabalho para estudar pontos de apoio ou pontos de taxis para o setor de pessoas jurídicas?** Talvez quinzenalmente ou uma vez por mês, iniciando online mesmo. Seria possível encaminhar isso por favor?

Mariana – posso encaminhar esta pauta e dar uma resposta antes da próxima CTT. Bom então, antes da próxima reunião da CTT, temos a homologação do Taxi Luxo e com você do SINETAXI a criação do grupo de trabalho para estudar pontos de apoio ou de taxis para o setor de pessoas jurídicas.

Ceará – esta pauta - criação de grupo de trabalho para estudar pontos de taxis -, eu já discuti com a Secretária Elisabete, ela já aprovou, já havia encaminhado para o DTP, para o Dr. Roberto Cimatti e Dr. Rafael e creio que eles não passaram para vocês; é um assunto que já foi discutido com ela antes da eleição. Ela foi muito favorável e está nos cobrando o início das criações de pontos. Dependemos do DTP.

Mariana – ok, vou ver lá.

Fábio – para encerrar, gostaria de fazer um agradecimento a toda equipe do DTP, da SMT, às entidades que pediram a efetivação da Portaria do 123 e principalmente da Portaria do 124 (Curso de condutaxi em EAD). Este curso será um avanço gigantesco para todos os setores de táxis, não somente para o setor de pessoas jurídicas, porque vai estimular a ampliação de interessados em se tornarem motoristas de táxis. O curso presencial é mais caro e demanda hoje muito tempo com deslocamentos e o curso em EDA resolve. Agora estamos torcendo para que as escolas que ministram os cursos presenciais ou que já fazem o curso em EAD se cadastrem para que rapidamente possamos formar novos motoristas de taxis. Será importante tanto para pessoas jurídicas como para pessoas físicas.

Mariana – a próxima pauta é *possibilitar o setor de Pessoas Jurídicas (Taxis de Empresas) a colocarem a tabela de preços no vidro lateral traseiro, com o lado voltado para o interior ao veículo contendo informações pertinentes do serviço de Taxis aos passageiros e, do lado externo, podermos vincular frases propagandeando o setor de Taxis. A produção e custo será de responsabilidade do Sinetaxi-SP.* Como havia mencionado, esta questão do vidro lateral traseiro sempre foi tradicional no segmento de taxi comum, especial e luxo e contém as informações para os passageiros, tais como telefone, regras do setor e valores tarifários praticados atualmente. Qual a sua proposta Fábio?

Fábio – todos que andavam de taxis anos atrás conheciam aquela tabela que ficava exposta no vidro lateral traseiro; o que estamos propondo é que vocês estudem a possibilidade para que o **setor de pessoas jurídicas, categoria comum, possa retornar com essa tabela**. Temos discutido entre os diretores de empresas filiadas que seria interessante fazermos uma tabela com informações importantes para passar para o passageiro e também algo como: *prazer em atendê-lo, seja bem-vindo*, etc. Do lado externo da tabela, ocupar o espaço para fazer publicidade do modal taxi como um todo (ande de taxi, prefira taxi, confia taxi, etc). Em Belo Horizonte eu vi uma frase: “*taxi legal e confiante 24h por dia*”. Frases que incentivem os usuários a utilizar nosso modal de transporte. Estou propondo para o setor de pessoas jurídicas, já os do setor de pessoas físicas, deve ser discutido com os demais representantes da categoria.

Mariana – eu acredito que o setor de pessoas jurídicas faz parte de uma categoria de taxis que é o comum, composto em sua maior parte por autônomos que é representado pelo SINDTAXI. Penso que seria interessante montarmos um grupo de trabalho ou discutíssemos de alguma forma com toda categoria de taxi comum, para rever ou recolocar esse cartão no vidro traseiro.

Fábio – nesse sentido tenho uma divergência de opinião em relação a estrutura da Lei. A Lei 7.329, de 11.07.1969, começa falando sobre o setor de pessoa jurídica e o setor de pessoa física. Há dois setores no modal taxi: jurídica e física. Os taxis de pessoas jurídicas, em sua grande maioria, estão na categoria comum, mas também temos taxis na categoria acessível e podemos ter na categoria luxo, nada nos impediria. Só colocando que estou representando o setor de empresas, de pessoas jurídicas. Entendo que seria viável iniciar esse trabalho pois senão não teremos andamento nas solicitações. Se tudo depender também do setor de pessoas físicas, nós não avançamos em nada. Queremos sim esse diferencial para nossos passageiros e ao mesmo tempo proporcionar uma publicidade para o modal taxi como um todo.

Mariana – no DTP temos o histórico das tabelas que foram confeccionadas anteriormente e podemos disponibilizar para futuros estudos ou até mesmo para que possamos discutir na próxima CTT se possível. Acredito que antes da próxima CTT devemos dar encaminhamento sobre as questões que foram discutidas aqui hoje. Podemos levantar o histórico das tabelas; vocês tem algum modelo?

Fábio – sim, nossa intenção é trabalhar junto com vocês, podemos apresentar alguns modelos e discutirmos.

Mariana – o ideal é que criemos um grupo de trabalho porque podemos inclusive discutir outras questões que havíamos feito e não foram para frente. Lembro que o Wagner participou de câmaras executivas anteriores no sentido de criarmos cartilhas para o taxi e informar o passageiro, deixa-lo mais ciente sobre o serviço, quais as exigências e fomentar o uso do serviço de taxi. Talvez seja uma oportunidade para revermos essas questões de cartilhas publicitárias ou selos informativos, todo esse tipo de material. O que você acha da criação de um grupo de trabalho para isto?

Fábio – acho importante, mas o foco é no setor de pessoas jurídicas. Da nossa parte já nos prontificamos a participar. Tenho certeza que o SIMTETAXIS também terá interesse em participar, pois é o representante dos motoristas.

Mariana – estou sugerindo isto porque da mesma maneira que o Wagner solicitou a questão da homologação dos veículos, essa faz parte da identidade visual do veículo taxi. O selo faz parte e esta questão da fixação no vidro traseiro, também faz parte da identidade visual do taxi. E não é do taxi somente do PJ, mas dos taxis dos autônomos, dos cooperados, do preto, do luxo, enfim, faz parte de um conjunto maior. Entendo que seria uma oportunidade de rever esta questão.

Fábio – entendo, mas vamos supor que no nosso setor já aprove esta questão que eu trouxe aqui e aí, por alguma razão, o setor de pessoas físicas não concorde. Como fica? Não podemos ficar amarrados. Entendemos que podemos trazer essa identificação visual independente da posição do setor de pessoas físicas. Porém, em relação a ideia do grupo de trabalho, conte conosco. Aguardamos o convite.

Ceará – eu concordo em parte, mas temos que diferenciar a partir de agora o setor de frota dos outros segmentos. A frota investiu no carro elétrico e não teve vantagem nenhuma, investiu na acessibilidade e também não teve vantagem, só prejuízo, investiu no ponto do amigão, que os autônomos não quiseram fazer – bancamos todos os pontos do amigão -, investimos nos eventos que ninguém queria fazer. A partir desse momento nós vamos focar e valorizar mais a frota e o motorista de frota porque sempre abrimos para todos, ajudamos a todos e não vi os outros setores querendo participar e ajudar, a não ser o Wagner Caetano que sempre participa de todos os encontros e eventos dando opiniões excelentes. Agora o meu foco é valorizar o motorista de taxi, o auxiliar e o co-proprietário. Esta Portaria que soltaram antes de ontem – ridícula -, tirou todos os nossos direitos para favorecer um único ponto que é o 606, do aeroporto de Congonhas. Queremos esses pontos de taxis livres para as frotas para que o motorista possa parar e contando com esse grupo de trabalho, creio que vamos conseguir. Hoje a Zona Azul foi vendida e a empresa que comprou está ocupando seus espaços, está fiscalizando e precisamos que nossos motoristas tenham pelo menos um lugar para parar, embarcar seus passageiros e desembarcar. Um grupo de trabalho com data de início e final para podermos tratar pelo menos uma pauta semanal e de quinze em quinze dias estar saindo uma Portaria favorável. Esta que o Wagner Caetano solicitou - a 27 -, **precisamos resolver logo** e, em seguida, **resolver a criação dos pontos e a caducidade desses veículos**, pois quem vai renovar veículo a partir de janeiro não tem como renovar e a gente está perdido. Sabemos que vai ser difícil para vocês por causa da pandemia, mas estamos aí. Fábio, quem vai custear esse valor é o DTP, a SPTrans ou será as empresas?

Fábio – gostaríamos que o governo bancasse tudo, sem dúvida, pois é um momento de muita dificuldade para as empresas; porém, se for necessário fazermos um investimento nessas tabelas, creio que está dentro de um orçamento e podemos evoluir sem necessidade da parceria com o poder público. É um momento bastante difícil para a gente, mas há situações que entendemos que é investimento para nossos passageiros. É também uma publicidade; usaremos o espaço exterior dessa tabela para fazer algo muito bem feito, abrir um concurso, abrir para ideias da categoria, há ideias excelentes e tenho certeza que será bem legal e utilizaremos os próprios taxis para fazer propaganda do modal taxi.

Ceará – então a publicidade será favorável ao taxi, custeado pela prefeitura e a prefeitura usa o espaço para fazer sua propaganda.

Wagner – o interessante disso tudo para gente que já acompanha o setor de taxi há quase 30 anos, que já viu passar mais de 20 diretores do DTP - pessoas que entram e saem

conforme o governo – é que sabemos o que é melhor para a categoria porque estamos por aqui há muito tempo. Não entendemos porque a SMT/DTP deixou essas tabelas, esses selos de lado. Até então era obrigatório; quando se fiscalizava um taxi que não tinha, o taxi era punido. De repente coisas importantes caem no esquecimento. Coisas que lá atrás taxistas já foram punidos por não utilizar caem no esquecimento. Hoje em dia, até acompanhando a questão da tecnologia, poderia ter um QRCode, a pessoa poderia fazer a leitura e ter mais acesso a informações peculiares do setor de taxi. Hoje é possível muita coisa legal e com menos dinheiro do que se gastava antigamente. A confecção de um QRCode é simples, qualquer um pode imprimir isso. Hoje num restaurante não se recebe mais o cardápio, você scaneia através do QRCode e essas informações ficam gravadas no seu celular. As coisas tem que evoluir, a modernização não pode ser só tecnológica; tem que ser de mind set, de mentalidade administrativa, de gestão pública moderna. No mundo todo vemos discussões sobre cidades inteligentes e o DTP que eu conheci lá da marginal Pinheiros, quando ia com meu pai, ele pouco muda. Continua ainda muito retrógado, não avança, não se moderniza. E não é só tecnologia, as pessoas que passam por aí precisam se modernizar pois o mundo está mudando. Até as pessoas que entram com cargos indicados, talvez pudessem ser a revolução do DTP e ficam travados. Há a questão política que atrapalha demais e portanto muitas coisas precisam ser revistas. Do início desse ano as reuniões da câmara temática pouco se avançaram; a verdade é essa, não se tem avanço. Somos só consultivos mas não somos levados em consideração e as vezes precisaríamos ser mais deliberativos porque quem delibera, delibera de uma forma que não dá para entender ou não delibera. Quem tem o poder da caneta diz que vai fazer, mas de repente desvia o foco daquilo que foi conversado. Isto é muito ruim, precisamos avançar, estamos iniciando uma nova gestão, há um tendência das coisas mudarem e podemos fazer disso um DTP muito melhor. Um órgão querido, um órgão que se comunica com a categoria e que a categoria goste. Estou vendo pessoas que não conhecia e acho que são pessoas novas, devem ter muito a contribuir e devem colocar isso para fora. O DTP parou muito no tempo; como a Mari falou, discutimos uma cartilha há muito tempo atrás. Gosto quando vejo pessoas novas como a Alessandra e tenho certeza que vai construir uma ideia bacana; há a Nancy, que é uma querida e começou lá atrás com o Secretário; tem a Michele que é uma pessoa super inteligente e está na SMT e há outras pessoas muitos bacanas e essas pessoas sabem o real motivo do que estamos discutindo. Temos o Macabelli e Canhadas que também estão aqui e são pessoas experientes; então, eu acho que temos que fazer essas coisas evoluírem. Estamos terminando um ano com ideias redundantes que não chegaram a lugar nenhum. Já foi um ano perdido pela pandemia e acaba sendo um ano perdido de discussões.

Alessandra – bom dia a todos. Gostaria apenas de dizer que realmente você tem razão, estamos nos empenhando em colocar alguns processos adiante no DTP, mas devo dizer que tivemos alguns avanços sim. Hoje já temos no site várias guias que podem ser emitidas através do site e isto, queira o não, já é uma vitória. É algo que já vinha sendo pedido há muito tempo e conseguimos viabilizar agora. Ainda estamos tentando outras coisas, até mesmo a questão do condutaxi provisório, do e-mail, estão em fase de treinamento, mas já é um avanço. Vamos avançar muito mais ainda, respeitamos muito a categoria e é por isso que estamos caminhando com esses avanços. O Dr. Roberto está apoiando essas ideias e facilitando para nós, a Secretária dá apoio para levarmos adiante tudo isso e por isso conseguimos esse avanço grande no que se refere às guias.

Mariana – e não é somente isso; estamos digitalizando os serviços para um DTP digital que tanto se fala. Existem várias iniciativas e algumas gostaríamos que fossem participativas e

por isso que sugiro o grupo de trabalho; é algo que vai fecundar, há prazos específicos, terá a participação de vocês e a ideia não é nos fecharmos em nossa “caixinha”. Eu sou de carreira e estou há 12 anos no DTP; tenho paixão pelo serviço público e queremos que as coisas andem, que a categoria tenha vontade de vir até nós para resolver suas questões. Trabalhamos de acordo com o que é disponibilizado para nós, o que dá para fazer, mas mesmo que os avanços tenham sido insipientes, eles aconteceram sim.

Fábio – bem, estamos falando sobre o item 3 da pauta que é a possibilidade de pessoas jurídicas colocarem a tabela no vidro lateral traseiro. Disso surgiu a ideia de expandirmos o trabalho de renovação através da criação de um grupo de trabalho. Parabênizo a iniciativa e gostaria apenas de colocar um ponto de observação: em reuniões anteriores eu sugeri a criação de um grupo de trabalho para estudar a possibilidade dos taxis de empresas terem pontos de apoio/livres. Gostaria que esse grupo ficasse a parte do grupo de trabalho para renovação de imagem e outras sugestões. Então seriam dois grupos distintos de trabalho. Claro que seria muito bom estarmos juntos com as outras entidades do setor e junto com o DTP para poderemos caminhar para a renovação necessária do setor de Taxi como um todo.

Mariana – ok. Vamos para a próxima pauta: readequação de membros da Câmara Temática.

Fábio – em relação a pauta sugerida, verifico os e-mail’s enviados e percebo que há algumas pessoas que já não fazem mais parte do setor. Seria interessante que cada entidade representativa passasse uma nova listagem de e-mail’s. Por exemplo o SINETAXI teve uma renovação de Diretoria e estão os 3 representantes participando aqui hoje. Gostaria de aproveitar e solicitar que o SENETAXI tivesse um membro participando do Conselho. O SINTETAXI não tem uma cadeira no Conselho da Câmara Temática.

Rosa – apenas esclarecendo. Nas Câmaras Temáticas temos um Coordenador da Gestão (poder público) e um Coordenador da Sociedade Civil. No caso da CTT sempre falamos com o Giovanni; ele era o Secretário Executivo e ele sempre atualizava a listagem dos membros da CTT a cada mudança. Tenho tentado contato com ele, mas não tenho conseguido falar. Portanto, vou precisar de ajuda de todos os setores, dos membros, para atualizarmos a listagem. Hoje, se formos verificar a relação, temos 23 membros na CTT e estamos com apenas 3 deles presentes.

Fábio – na realidade 5.

Rosa – certo; é porque o SINETAXI ainda não consta no Regimento Interno da Câmara Temática de Táxi - CTT.

Fábio – desculpe a interrupção, mas estamos sim. Estou aqui com o estatuto da CTT, Artigo 3º. Parágrafo 1º., 14 representantes dos Sindicatos das seções constituídas da Cidade de São Paulo. O segundo, é o SINETAXI. Temos 3 vagas e estamos ocupando as 3. Não estão presentes aqui representantes do SINDITAXIS (4 vagas) e ARTASP (3 vagas). O SINTETAXIS, pelo que estou vendo são 4 vagas e temos 2 representantes (Antônio Matias e o Paulo); Ponto 606 (1 vaga); Ponto Tietê (1 vaga); Ponto Iguatemi/Barra Funda/Eldorado (1 vaga). Não temos representantes da categoria Especial, mas temos um representante da categoria Luxo, que é o Wagner. Por último, temos aqui o APP 99, (1 vaga), mas é melhor chamar um representante da SP-TAXI. Então o SINETAXI faz parte da CTT só que ele não tem uma cadeira no Conselho da CTT e é isto que estou pedindo; que possamos ter 1

representante entre os 7 conselheiros da CTT. Inclusive eu estava lendo o Estatuto e a votação é por maioria mínima. Me coloco à disposição e, ser tiver aprovação, já podemos adiantar isso.

Rosa – Fábio, no Conselho precisamos verificar porque é por Decreto. Isto para fazer parte do CMTT e não da Câmara Temática.

Fábio – estou com o Regimento Interno da Câmara Temática e no capítulo 2, artigo 5º, parágrafo 2º *diz que será possível convidar participantes para as reuniões de grupo de trabalho mediante prévia autorização da CTT, etc*”.

Rosa – o Regimento Interno da CTT é uma coisa e do Conselho – CMTT, outra. Estamos falando de coisas diferentes.

Fábio – estamos conversando, temos aqui no artigo 1º Parágrafo 3º a descrição de 14 vagas para as entidades, que são as 4 entidades que falei há pouco (SINETAXI, SIMTETAXI, SINDITAXIS e ARTASP) e mais 5 vagas para os outros setores.

Rosa – entendi isto, ótimo que você se enquadra neste segundo grupo pois desta forma não precisamos mudar o Regimento; porém, o que preciso é que me ajudem a formar o Grupo. Como você viu, estão faltando representantes de várias entidades. As pessoas que fazem parte da CTT é que deverão fazer esse contato e atualizar esta lista. Podemos tentar fazer isto juntos até para não atrapalhar a reunião agora. Podemos conversar sobre essa atualização com vocês que permanecem na CTT.

Wagner – Rosa, se permite, talvez a Mariana possa ajudá-la no que diz respeito aos novos coordenadores dos pontos citados. Ela ou Alessandra com certeza devem ter o cadastro deles. Em relação aos representantes de entidades não mudou muito esse quadro. Temos o Fábio Boni agora no SINETAXI, o Ceará continua no SIMTETAXIS, o presidente do Sindicato dos Autônomos é que mudou; o Giovanni continua e o Sidney que é o Rádio Taxi Vermelho e Branco. A ARTASP acho que não existe mais.

Rosa – então enviarei para vocês uma listagem da composição atual e vocês me ajudam com esta parte dos Sindicatos e a Mariana me ajuda com a parte dos pontos de taxi. Desta forma deixamos tudo certo.

Wagner – sim, e aí você já pode ir eliminando os que não fazem mais parte. Esta sugestão que o Boni deu também é interessante; pode ser incluído alguém do SP-TAXI. É um assunto que está pendente, a categoria está nos cobrando e temos poucas respostas em relação ao SP-TAXI, infelizmente.

Michele – o que é importante também para a CTT é que os representantes escolham um Coordenador. Hoje temos o Giovanni e, como foi dito, estamos com bastante dificuldade de contato com ele. Temos recebido pautas soltas – de um grupo ou de outro -, mas não são pautas consensadas. Desta forma, é importante que vejam com ele se quer continuar como coordenador do grupo e, caso não queira, vocês devem escolher um outro coordenador.

Fábio – sobre o contato com o Giovanni, eu, Ceará ou o Wagner podemos marcar uma reunião e conversamos para ver se ele pretende continuar. Ele não tem participado das últimas reuniões, mas acredito que terá interesse uma vez que continua no Sindicato.

Ceará – acho que nós das entidades temos que nos reunir e definir quem será o coordenador. Passamos para as meninas e elas aprovam ou não nossa indicação.

Michele – na verdade a aprovação deve vir de vocês.

Ceará – o Giovanni é um funcionário do Sindicato e como o Sr. Natalício perdeu a eleição e saiu o Giovanni está lá. Porém, ninguém sabe se ele continuará ou não. Então, tem que ser um representante da classe porque está dentro do estatuto; desta forma temos como cobrar por realizar o trabalho, pois é um eleito pela categoria.

Mariana – bem, considero então as pautas atendidas e já temos alguns encaminhamentos.

Rosa – podemos encerrar, agradecendo a presença de todos.

Mariana – sim, agradecemos a presença de todos e desejamos um bom final de ano.

Wagner – obrigado também a todos. Desejo um Bom Natal e que possamos ter um Ano Novo muito melhor do que este. Que Deus nos abençoe e que possamos continuar avançando em nossas pautas discutindo o que é o melhor para os taxistas porque é esse o nosso desejo por estarmos com vocês essas 2 horas. Abraço a todos.

Canhadas – Bom Natal! A Diretoria de Operações está a disposição como sempre estive junto com o Wagner, Ceará, naquelas grandes operações que infelizmente este ano não aconteceram.

Paulo Leite – bom dia a todos; tivemos uma reunião muito produtiva e nós, da SMT, representando a Dra. Elisabete França, que sempre ouviu a classe através da nossa equipe do DTP, a Alessandra, a Rosa, que sempre coordenou muito bem esse grupo, a Michele, a Mariana, que vem fazendo um grande trabalho, enfim, é bom ressaltar que as portas estão sempre abertas para o diálogo, para a construção. Na verdade estamos aqui construindo esse diálogo; vocês trazem as demandas e nós, na medida do possível, atendemos as demandas. Desejo a todos um Feliz Natal, sabemos que será um Natal bem difícil, mas se Deus quiser em breve vamos ter boas notícias. Um forte abraço.

Mariana – obrigada Paulo. Quero reforçar que o DTP está por aqui a disposição de todos.

Fábio – apenas me despedindo, que tenhamos um ano muito melhor, agradeço o trabalho de todos e fico feliz no final dessa reunião pois vemos que o setor público vai se aproximando do setor de taxi. A criação do grupo de trabalho tenho certeza que vai resultar em excelentes frutos. Estamos avançando.

Ceará – também agradeço e deixo registrado que sempre fui bem recebido, sempre falo bem de vocês, pois fazem parte da minha família; todos vocês da parte técnica, da CET, do DTP, da SPTrans, da fiscalização e dos colegas que fazem parte do conjunto de operadores. Tivemos um ano triste, um ano que precisamos orar pelos entes queridos que perdemos, para

DSV

CET

DTP
DEPARTAMENTO DE
TRANSPORTE PÚBLICO

7 SPTrans


**CIDADE DE
SÃO PAULO**
MOBILIDADE E
TRANSPORTES

CMTT
CONSELHO MUNICIPAL DE
TRANSPORTE E TRÂNSITO

aqueles que estão nos hospitais se recuperando e pedir que Deus ilumine a cabeça de nossos dirigentes e dos nossos cientistas para que possamos vencer esta batalha contra a pandemia. Só tenho o agradecer a todos. Bom Natal.